



**Premissas
da Iniciação
Científica 2**

Atena
Editora

2019

**Anna Maria Gouvea
de Souza Melero
(Organizadora)**

Anna Maria Gouvea de Souza Melero

(Organizadora)

Premissas da Iniciação Científica

2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant'Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P925 Premissas da iniciação científica 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Anna Maria Gouvea de Souza Melero. – Ponta
Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Premissas da Iniciação
Científica; v. 2)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-109-1
DOI 10.22533/at.ed.091191102

1. Ciência – Brasil. 2. Pesquisa – Metodologia. I. Melero, Anna
Maria Gouvea de Souza. II. Série.

CDD 001.42

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Premissas da Iniciação científica” aborda diferentes maneiras em que o conhecimento pode ser aplicado, e que outrora era exclusivamente uma transmissão oral de informação e atualmente se faz presente na busca e aplicação do conhecimento.

A facilidade em obter conhecimento, aliado com as iniciativas de universidades e instituições privadas e públicas em receber novas ideias fez com que maneiras inovadoras de introduzir a educação pudessem ser colocadas em prática, melhorando processos, gerando conhecimento específico e incentivando profissionais em formação para o mercado de trabalho.

Estudos voltados para o conhecimento da nossa realidade, visando a solução de problemas de áreas distintas passou a ser um dos principais desafios das universidades, utilizando a iniciação científica como um importantes recurso para a formação dos nossos estudantes, principalmente pelo ambiente interdisciplinar em que os projetos são desenvolvidos.

O conhecimento por ser uma ferramenta preciosa precisa ser bem trabalhado, e quando colocado em prática e principalmente avaliado, indivíduos de áreas distintas se unem para desenvolver projetos que resultem em soluções inteligentes, sustentáveis, financeiramente viáveis e muitas vezes inovadoras.

Nos volumes dessa obra é possível observar como a iniciação científica foi capaz de auxiliar o desenvolvimento de ideias que beneficiam a humanidade de maneira eficaz, seja no âmbito médico, legislativo e até ambiental. Uma ideia colocada em pratica pode fazer toda a diferença.

É dentro desta perspectiva que a iniciação científica, apresentada pela inserção de artigos científicos interdisciplinares, em que projetos de pesquisas, estudos relacionados com a sociedade, o direito colocado em prática e a informática ainda mais acessível deixa de ser algo do campo das ideias e passa a ser um instrumento valioso para aprimorar novos profissionais, bem como para estimular a formação de futuros pesquisadores.

Anna Maria G. Melero

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A COMPREENSÃO DA POLÍTICA EM GIORGIO AGAMBEN: UMA INTERPRETAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER NA MODERNIDADE	
<i>Dannyel Brunno Herculano Rezende</i> <i>Orivaldo Pimentel Lopes Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0911911021	
CAPÍTULO 2	10
A EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA FRENTE ÀS POLÍTICAS NACIONAIS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
<i>Sofia Magalhães Carneiro</i> <i>Emilly Fernandes da Silva</i> <i>Betânia Moreira de Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0911911022	
CAPÍTULO 3	16
A UNIÃO E O CASAMENTO HOMOAFETIVO BASEADO NOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS BRASILEIROS	
<i>Caio Rodrigues Cid</i> <i>Pedro Henrique Martins Mesquita</i> <i>Betânia Moreira de Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0911911023	
CAPÍTULO 4	23
ANÁLISE DA MATURIDADE EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS NO SETOR VAREJISTA DA CIDADE DE SOBRAL-CEARÁ	
<i>Tiago André Portela Martins</i> <i>Luis André Aragão Frota</i> <i>Sefisa Quixadá Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0911911024	
CAPÍTULO 5	38
AS CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA COMPREENSIVA DESCRITA POR MAX WEBER NA FUNDAMENTAÇÃO DA AÇÃO SOCIAL	
<i>Jarles Lopes de Medeiros</i> <i>Marcos Adriano Barbosa de Novaes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0911911025	
CAPÍTULO 6	47
ASPECTOS JURÍDICOS DO BULLYING ESCOLAR E A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES	
<i>Emilly Fernandes da Silva</i> <i>Emília Davi Mendes</i> <i>Sofia Magalhães Carneiro</i> <i>Betânea Moreira de Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0911911026	

CAPÍTULO 7 54

DESAFIOS PARA A RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO NO BRASIL

Alyne Kessia Santos Oliveira
Caio Barbosa de Sousa
Elayne Kellen Santos Oliveira
Betânea Moreira de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.0911911027

CAPÍTULO 8 61

IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO CONSUMIDOR DE ITUMBIARA

Eliza Fernandes Reis
Cedric Christian Dugué de Abreu Jr
Reismar Santos Cavalcante
Ednando Batista Vieira

DOI 10.22533/at.ed.0911911028

CAPÍTULO 9 70

SEGURO VIAGEM: A PERCEPÇÃO DOS VIAJANTES NO BRASIL

André Pereira da Rocha
Alane Siqueira Rocha

DOI 10.22533/at.ed.0911911029

CAPÍTULO 10 84

UMA ANÁLISE DO ABANDONO AFETIVO PATERNAL EM FACE DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Dibiss Cassimiro Ximenes
Juliana Paiva Vieira da Silva
Emília Davi Mendes
Luana da Silva Dias
Betânia Moreira de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.09119110210

CAPÍTULO 11 90

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO PARQUE ESTADUAL DE TERRA RONCA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES À ECOLOGIA POLÍTICA E AO TURISMO COMUNITÁRIO

Victória de Melo Leão
Rafael de Freitas Juliano
Felipe Borborema Cunha Lima

DOI 10.22533/at.ed.09119110211

CAPÍTULO 12 95

DESEMPENHO DO CMC EM RECOBRIMENTO DE SEMENTES DE SOJA ASSOCIADAS OU NÃO A CARBOXINA/THIRAM

Fernando Ribeiro Teles de Camargo
Isneider Luiz Silva
Hiago Felipe Lopes de Farias
Lucas Markezan Nascimento
Diego Palmiro Ramirez Ascheri

DOI 10.22533/at.ed.09119110212

CAPÍTULO 13	104
DETERMINAÇÃO DA VELOCIDADE DE INFILTRAÇÃO DA ÁGUA NUM LATOSSOLO VERMELHO AMARELO DISTRÓFICO PELO MÉTODO DO INFILTRÔMETO DE DUPLO ANEL	
<i>Felipe de Oliveira Dourado</i>	
<i>Guilherme Henrique Terra Cruz</i>	
<i>Sandra Máscimo da Costa Silva</i>	
<i>Silvio Naves Couto Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09119110213	
CAPÍTULO 14	113
ESTUDO DE ÓXIDO DE GRAFENO POR MICROSCOPIA DE FORÇA ELETROSTÁTICA	
<i>Fabiana de Matos Carvalho</i>	
<i>Francisco Carlos Carneiro Soares Salomão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09119110214	
CAPÍTULO 15	118
FLUXO DE PEDESTRES VIA EQUAÇÃO DE BURGERS	
<i>Camile Oliveira Rodrigues</i>	
<i>Daniel Guimarães Tedesco</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09119110215	
CAPÍTULO 16	122
IDENTIFICAÇÃO BOTÂNICA E DETERMINAÇÃO DAS PROPRIEDADES FÍSICO-QUÍMICAS DA AMORA-PRETA DA REGIÃO DO CERRADO	
<i>Caroline Pereira Mourão Moraes</i>	
<i>Leciana de Menezes Sousa Zago</i>	
<i>Maria Madalena de Alcântara</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09119110216	
CAPÍTULO 17	132
O DISCURSO GEOPOLÍTICO DE INTEGRAÇÃO EM NELSON WERNECK SODRÉ: UMA ANÁLISE SOBRE O SERTÃO (INTERIOR) BRASILEIRO	
<i>Rodrigo Guimarães</i>	
<i>Marco Túlio Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09119110217	
SOBRE A ORGANIZADORA	141

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO PARQUE ESTADUAL DE TERRA RONCA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES À ECOLOGIA POLÍTICA E AO TURISMO COMUNITÁRIO

Victória de Melo Leão

Universidade Estadual de Goiás. Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em Ambiente e Sociedade, Mestrado Ambiente e Sociedade. Morrinhos, Goiás.

Rafael de Freitas Juliano

Universidade Estadual de Goiás. Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em Ambiente e Sociedade, Mestrado Ambiente e Sociedade. Morrinhos, Goiás.

Felipe Borborema Cunha Lima

Universidade da Região de Joinville. Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade. Santa Catarina.

RESUMO: O Turismo é uma atividade considerada complexa que se comunica com vários setores da sociedade e da economia. Por lidar com diversos interesses, está diretamente passível de conflitos, que podem comprometer o desenvolvimento da atividade em questão. Este trabalho objetiva apresentar uma breve revisão de literatura sobre os elementos que compõem a análise dos conflitos socioambientais que seguem para o desenvolvimento do Turismo Comunitário no Parque Estadual de Terra Ronca – GO e sua mitigação baseada nas premissas da Ecologia Política.

PALAVRAS-CHAVE: Unidades de Conservação. Planejamento Turístico. Conflitos de interesses.

INTRODUÇÃO

O projeto tem por objetivo compreender os conceitos que possam definir os conflitos socioambientais no Parque Estadual Terra Ronca, gerados pela limitação da atuação das comunidades autóctones no território após a criação do parque com seus decretos e suas alternativas de atividades econômicas com desenvolvimento sustentável, como a atividade turística. Abarca a discussão territorial, Unidades de Conservação, Ecologia Política e Turismo Comunitário.

O Parque Estadual de Terra Ronca – GO (PETeR), foi criado pela Lei nº10.879, de 7 de julho de 1989 com o intuito de preservar o patrimônio espeleológico goiano: conjunto de elementos bióticos e abióticos como nascentes, rios interiores e cachoeiras, fauna, flora e paisagem natural do mais significativo conjunto de cavernas do Centro Oeste brasileiro (YAGUIU, 2011, p. 149) e possui “reconhecida importância turística, assegurando e proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação e pesquisa científica” (GOIÁS, 1996).

Localizado no município de São Domingos – GO possui área de 57.018 hectares. Seus limites, territoriais e de interferência humana, foram estabelecidos pelo Decreto nº 4.700, de

21 de agosto de 1996, durante o governo Maguito Vilela e renovado pelo Decreto nº 7.996, de 13 de setembro de 2013, durante o governo Marconi Perillo Junior.

MATERIAL E MÉTODOS

Elegemos como aporte metodológico deste trabalho a revisão narrativa de literatura, pois, em nossa compreensão, constitui em fonte sempiterna de dados e informações. Acreditamos que esta metodologia nos permite contextualizar conceitualmente a Ecologia Política e o Turismo Comunitário a partir de obras e documentos investigados.

A Ecologia Política se consolida como uma abordagem teórica metodológica de caráter interdisciplinar que aborda o conceito dos conflitos socioambientais como conflitos que se concretizam a partir da disputa pelo acesso e apropriação dos bens naturais (MUNIZ, 2010).

Direcionando a discussão ao Turismo, uma das atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade residente na região do PETeR, recorre-se a conceituação dada pelo Turismo Comunitário que, em paralelo e conjunto com a Ecologia Política, busca a justiça ambiental e o protagonismo de comunidades que tem como fonte de renda a atividade turística (CORIOLANO, 2006; MUNIZ, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O movimento da “Ecologia Política” teve ascensão no início da década de 1970, com autores como Ehrlich, Hardin, Heilborner e Ophuls (BRYANT; BAILEY, 1997, p. 10). Em base de seus conceitos, o desenvolvimento sustentável caracteriza-se a partir da necessidade de articulação entre sociedade e natureza, sob uma visão de justiça social, governança e empoderamento. A Ecologia Política sugere análise dos conflitos socioambientais em função do contexto sócio econômico e Político-ideológico, considerando a “socio natureza como a base do processo produtivo e como palco de conflitos” (JATOBÁ et al., 2009, p. 49-50).

Para a Ecologia Política, é necessário que os problemas ambientais não sejam tratados isoladamente do contexto político e econômico em que surgiram. É necessário relacionar movimentos socioeconômicos, políticos e atores sociais. Assim, a Ecologia Política é a junção da ecologia humana com a economia política (MARTINEZ-ALIER, 2007). Ela analisa conflitos ecológicos provenientes de uma economia não sustentável. Possui como estratégia de ação fundamental os movimentos socioambientais e desenvolvimento de propostas, a cerca da “justiça ambiental, a resistência como estratégia de luta e proposições de alternativas ao desenvolvimento” (JATOBÁ et al., 2009, p. 69).

A Ecologia Política interpela o território a partir das relações de poder dos

atores sociais e das suas práticas socioespaciais, em distintas escalas geográficas. A territorialidade da espécie humana é construída a partir de políticas, enquanto a ecologia humana se caracteriza através do conflito social, levando em consideração que o ser humano não possui recursos instintivos sobre a utilização exossomática da energia e dos materiais. Por isso, a disputa por recursos naturais limitados por atores sociais com capacidades de poder e interesses distintos gera conflitos socioambientais que modelam os territórios ocupados (MARTINEZ-ALIER, 2007).

Dentre as atividades econômicas praticadas em territórios com interesses de preservação ambiental, destaca-se o Ecoturismo, por sua pragmática que circunda o desenvolvimento sustentável. É definido como um seguimento da atividade turística que apropria do patrimônio natural e cultural de forma sustentável, buscando a conservação e formação de uma consciência ambientalista a fim de promover o bem-estar das populações (BRASIL, 2010).

Esse segmento turístico propõe que os benefícios resultantes das atividades ecoturísticas, baseadas nas premissas do Turismo Responsável, alcance principalmente as comunidades autóctones, “tornando-as protagonistas do processo de desenvolvimento da região” (BRASIL, 2010, p. 18). Assim, a “comunidade autóctone poderia ser definida como aquele coletivo humano que recebe uma dupla corrente migratória” (BENI, 2002, pg. 82), ou seja, residentes da região explorada turisticamente.

Nesta perspectiva, podemos afirmar que o ecoturismo empodera as comunidades autóctones para recuperar sua ação política, reestrutura-as. Estas mudanças são classificadas em quatro categorias: administrativa (a criação de fronteiras jurídicas), de infraestrutura (serviços, leitos e estradas que satisfazem as necessidades turísticas), demográfica (deslocamento populacional), e, econômica (mudança econômica do setor de produção de serviços).

O turismo responsável busca partilhar experiências de desenvolvimento interior e de respeito pelos viajantes para com a localidade visitada, a partir de práticas e atitudes, com o objetivo de minimizar os impactos socioambientais e culturais que o turismo pode acarretar e incentivando na integração das nações (SALVATI, 2003).

Na conjuntura de uma estratégia para a sustentabilidade dos destinos turísticos, o turismo responsável é aquele que mantém e, onde possível, valoriza as características dos recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-as para as futuras gerações de comunidades, visitantes e empresários (WWF, 2001).

Como uma das estratégias do turismo responsável, encontra-se o desenvolvimento do Turismo Comunitário que, segundo Coriolano (2006), é uma atividade protagonizada por comunidades que se organizam de maneira associativa, possuindo o controle efetivo do território e do desenvolvimento de atividades econômicas associadas ao turismo, priorizando a geração de trabalho e renda para as os residentes das comunidades e pequenos empreendimentos locais, garantindo a participação das pessoas da comunidade desde o seu planejamento até a execução e utilização dos recursos arrecadados com a atividade desenvolvida.

Busca, também, “a regulamentação das unidades de conservação, assim como a implementação de comitês da gestão ambiental nessas unidades e planos de manejos e de conservação compatíveis como o turismo” (CORIOLANO, 2006, p. 202).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de uma leitura breve da transformação territorial e legislativa ocorrida no território do atual PETeR, observamos a mudança do sistema produtivo do povoado São João Evangelista, devido os objetivos de preservação proposta pelo parque serem conflitantes com suas atividades econômicas. A produção agropecuária é combatida, enquanto outros moradores adotam o Ecoturismo como atividade econômica.

Entender as relações entre humanos e o meio ambiente experienciado é relevante, visto que estas relações possuem elementos interdependentes e devem ser administradas de maneira efetiva, sem subjugar ambos os lados. Diante das dificuldades de se aplicar uma administração interdisciplinar nestas relações, é necessário investigar como se dão os conflitos socioambientais no parque e como a Ecologia Política pode contribuir para um desenvolvimento sustentável e na mitigação dos conflitos.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à Universidade Estadual de Goiás por acreditar no potencial deste trabalho e financiá-lo.

REFERÊNCIAS

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 7^a. ed. São Paulo: SENAC, 2002.

BRASIL. Ministério do Turismo. **ECOTURISMO: Orientações Básicas**. 2^a. Ed. Brasília, 2010.

BRYANT, R.; BAILEY, S. I. **Third World Political Ecology**. New York: Routledge, 1997.

CORIOLANO, L. N. M. T.; **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

GOIÁS. Gabinete Civil da Governadoria. **DECRETO Nº 4.700, DE 21 DE AGOSTO DE 1996**. Disponível em <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/1996/decreto_4700.htm>

JATOBÁ, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M. **Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território**. In: Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009

MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

MUNIZ, Lenir Moraes. ECOLOGIA POLÍTICA: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luis/ma, v. 6, n. 12, 2010. Disponível em: <http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=380>. Acesso em: 17 ago. 2017.

SALVATI, S. S. Planejamento do Ecoturismo. In: **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF, 2003.

WWF. **Guidelines for Community-based Ecotourism Development**. Gland: WWF, julho 2001.

YUGUIU, S. Parque Estadual Terra Ronca. In: **POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS EM ÁREAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: Conflitos e direitos**. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras. USP, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/levantamentoconf.pdf>>.

SOBRE A ORGANIZADORA

Anna Maria Gouvea de Souza Melero - Possui graduação em Tecnologia em Saúde (Projeto, Manutenção e Operação de Equipamentos Médico-Hospitalares), pela Faculdade de Tecnologia de Sorocaba (FATEC-SO), mestrado em Biotecnologia e Monitoramento Ambiental pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), doutoranda em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente é Integrante do Grupo de Pesquisa em Materiais Lignocelulósicos (GPML) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Campus Sorocaba e pesquisadora colaboradora do Laboratório de Biomateriais LABIOMAT, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Campus Sorocaba). Atua nas áreas de Polímeros, Biomateriais, Nanotecnologia, Nanotoxicologia, Mutagenicidade, Biotecnologia, Citopatologia e ensaios de biocompatibilidade e regeneração tecidual, além de conhecimento em Materiais Lignocelulósicos.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-109-1

